



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

31 de maio de 2017

Ata da Quinquagésima Sexta Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia trinta e um do mês de maio, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pela Senhora Deputada Luana Ribeiro, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Eli Borges, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Alan Barbiero, Elenil da Penha, Eli Borges, Ivory de Lira, Jaime Café, Jorge Frederico, José Bonifácio, Mauro Carlesse, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Stalin Bucar, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Solange Duailibe e Valderez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Eduardo do Dertins, Ricardo Ayres, Vilmar de Oliveira e Júnior Evangelista. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Nilton



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Franco, Toinho Andrade e Valdemar Júnior. Após a leitura do Texto Bíblico, a Senhora Presidente transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foi lido e despachado o Expediente: Projeto de Lei número 75/2017, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Cooperação Solidária – ICAT, localizada no município de Palmas-TO”. Não havendo Matérias a apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, a Senhora Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão pelo prazo de até cinco minutos, reabrindo-a às dezoito horas e cinquenta e quatro minutos. Logo após, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Mauro Carlesse. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 1/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar à Sociedade e Espírita Nosso Lar – SENL as áreas de terreno urbano que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 40/2017; 10/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera os inciso X do art. 134 da lei número 1.818, de 23 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 93/2017; 17/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado,



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

que “Cria o Fundo de Alocação de Recursos das Emendas Parlamentares, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo 105/2017; 20/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza a abertura de crédito adicional suplementar para o Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do Tribunal de Contas e para o Fundo Estadual de Defensoria Pública – Fundep, no valor que especifica, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 118/2017; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciada, em segunda fase de discussão e votação, a Proposta de Emenda Constitucional número 1/2016, de autoria do Senhor Deputado José Bonifácio, que “acrescenta o inciso XXX ao artigo 19 da Constituição do Estado do Tocantins, adequando-o ao artigo 49, inciso V da Constituição Federal”, que deu origem ao Processo número 56/2016; a qual, votada nominalmente, foi aprovada com dezesseis votos sim e um voto não, perfazendo um total de dezessete votantes e à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Tocantins promulga a Emenda Constitucional número 33, de 31 de maio de 2017, com o respectivo número de ordem. Foi anunciada, em segunda fase de discussão e votação, a Proposta de Emenda Constitucional número 9/2015, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “altera o art. 71 da Constituição do



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 574/2015, a qual, votada nominalmente, foi aprovada com dezesseis votos sim, e um voto não, perfazendo um total de dezessete votantes e a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Tocantins promulga a Emenda Constitucional número 34, de 31 de maio de 2017, com o respectivo número de ordem. Foi anunciada, em segunda fase de discussão e votação, a Proposta de Emenda Constitucional número 15/2016, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “altera dispositivos do artigo 41 e 81 da Constituição do Estado e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 354/2016, a qual, votada nominalmente, foi aprovada com dezessete votos sim, perfazendo um total de dezessete votantes e a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Tocantins promulga a Emenda Constitucional número 35, de 31 de maio de 2017, com o respectivo número de ordem. Foi anunciada, em segunda fase de discussão e votação, a Proposta de Emenda Constitucional número 17, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto, que “altera os §§ 3º e 4º do artigo 27 da Constituição do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 359/2016, a qual, votada nominalmente, foi aprovada com dezoito votos sim, perfazendo um total de dezoito votantes e a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Tocantins promulga a Emenda



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Constitucional número 36, de 31 de maio de 2017, com o respectivo número de ordem. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 5/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “reajusta os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, mantidos pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – Igeprev-TO, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 5/2017; 288/2016, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “declara de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Vale do Bananal, em Couto Magalhães-TO”, que deu origem ao Processo número 259/2016; 337/2016, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor João de Sousa Leite”, que deu origem ao Processo número 350/2016; 267/2016, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Independente de Futebol e Lazer”, que deu origem ao Processo número 179/2016; 341/2016, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a denominação do Campus da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, em Palmas, como homenagem ao ex-secretário de Educação e ex-reitor da Universidade do Tocantins, professor Ruy Rodrigues da Silva”, que deu origem ao Processo número



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

352/2016; 33/2017, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Taquarussu Esporte Clube”, que deu origem ao Processo número 38/2017; e 46/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Carlos Magno Campos”, que deu origem ao Processo número 59/2017; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação os Requerimentos números: 1.256, 1.267, 1.268, 1.169, 1.263, 860, 1.031, 1.032, 971, 972, 1.023, 1.249, 1.206, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339 e 340, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 1.298, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para apreciação dos Processos números: 4/2017, 35/2017, 40/2017, 44/2017, 93/2017, 101/2017, 105/2017,



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

108/2017, 109/2017, 110/2017, 116/2017, 118/2017 e 123/2017; o qual, foi aprovado. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezenove horas e vinte e seis minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de quatro minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário